

Relato da entrevista da professora Celia Nunes Galvão Quirino dos Santos

DEPOIMENTO DE CÉLIA NUNES GALVÃO QUIRINO DOS SANTOS, Professora do Departamento de Ciência Política

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

Depoimento resumido de entrevista realizada pela Comissão da Verdade sobre certos aspectos de minha vida, enquanto professora da USP. Decidi fazer isso como contribuição ao esclarecimento de uma forma de pressão institucional, entre outras tantas que houve, durante o período ditatorial que deu continuidade ao golpe de 1964.

Em 1960, iniciei minha carreira como professora no Departamento de Ciências Sociais na então Cadeira de Política. Entrei para o curso de Ciências Sociais em 1951. Após terminar meu bacharelado e licenciatura em 1954, permaneci como aluna do que então se denominava especialização, pois não havia ainda a categoria de mestrado. Terminei essa especialização, que constituiu-se de pesquisas em documentos históricos sobre a ideologia dos Inconfidentes Mineiros, em 1956. Continuei ligada à Cadeira de Política participando de pesquisas sobre instituições políticas brasileiras, ao mesmo tempo dando aulas de sociologia e história em alguns colégios. Em 1959 fui contratada como pesquisadora no Centro Regional de Pesquisas Educacionais, onde permaneci por quase um ano quando o professor catedrático de Política conseguiu uma vaga e verba para me contratar oficialmente.

Nos primeiros meses de 1970 minha amiga e colega da área de Política Maria do Carmo Campelo de Souza foi presa. Pouco depois ela conseguiu mandar nos avisar, meu marido (José Francisco Quirino dos Santos, professor da área de Antropologia) e eu, que a polícia nos procurava. Dois outros colegas da mesma área já haviam sido aposentados a professora Paula Beiguelman e o professor, então catedrático, Fernando Henrique Cardoso. Ambos pelo ato institucional número 5 (AI-5). Resolvemos sair do país, o que fizemos em maio de 1970.

A escolha do local do exílio foi inteiramente determinada pelo meu interesse, pois eu já havia iniciado uma pesquisa sobre um autor francês do século XIX, Alexis de Tocqueville, que baseado em suas pesquisas realizadas no Estados Unidos em 1830 havia desenvolvido uma nova teoria sobre democracia e seu futuro. Em 1966 eu já havia estado na França, e já havia levantado algum material sobre sua obra. No entanto, chegando a Paris percebi que havia urgência em realizar oficialmente minha matrícula para poder obter uma “carte de séjour”, ou seja, passar a ser habitante e não turista. Sem dúvida, também essa matrícula seria absolutamente necessária para justificar perante a USP meu pedido de afastamento.

Por isso logo, procurei em primeiro lugar entrar em contato com o Professor Jacques Vernant, diretor do “Institut de Politique Étrangère” que eu já conhecia, por ele ter estado no Brasil. Ele pediu-me para fazer outro projeto que fosse relativo ao Brasil, para poder justificar meus estudos no seu Instituto. Como havia pressa, fiz um projeto

sobre federalismo brasileiro comparando-o ao americano e relacionando ambos aos direitos civis e sociais. Esse tema já era uma das minhas preocupações, àquela época, nascido diretamente dos meus cursos e das minhas leituras de Alexis de Tocqueville. Ao fim de um ano voltei ao meu antigo projeto tocquevilliano, desta vez indo buscar conselho no “Institut de Science Politique” com o professor Touchard, especialista no pensamento político francês, cujas obras já constavam da bibliografia dos meus cursos. Elogiou o meu projeto e aconselhou-me a ir procurar diretamente o professor Raymond Aron que, segundo ele, era a maior autoridade em Tocqueville no mundo. Após ter tido uma excelente conversa com o professor Aron e tendo imediatamente sido aceita como sua orientanda, logo fiz uma nova inscrição, desta vez na “École Pratique des Hautes Études” na qual o Professor Aron realizava seus seminários e orientava seus alunos. Passei desde então a ter o privilégio de participar dos seus cursos e seminários além de poder usufruir das bibliotecas do “Institut de Science Politique” e da “Bibliothèque Nationale”, onde se encontrava a primeira edição, ainda do século XIX, das obras de Tocqueville, de outra forma inacessíveis. Assim, retornei com imensa satisfação ao meu projeto inicial. Meu afastamento da USP, então, além de legítimo, seria desejável, no interesse da ciência política e para mim, o que me animava.

O professor José Francisco, com seu rascunho de tese e com os dados já coletados sobre antropologia econômica do sertão do Nordeste, já vinha desde a nossa chegada, sendo orientado por um especialista em sociedades camponesas, o antropólogo Sidney Mintz professor da New York University, que passava seu período sabático na Sorbonne como visitante.

Apesar de aparentemente estarmos numa situação estável, a ditadura brasileira tinha relações ocultas com a polícia francesa que nunca vieram à luz e, naquele país, fui convocada várias vezes à sede da polícia para responder a questões repetitivas: quem eu era, como nos sustentávamos em Paris etc. Meu marido, embora por mais de um ano, tivesse sido consultor oficial da Unesco para assuntos de antropologia, no último ano em que lá permanecemos tinha de se apresentar à polícia francesa toda semana, não tendo mais direito à carta de permanência.

Quando deixei o Brasil, tinha direito a uma licença prêmio e férias. Foi o que aleguei à USP ao sair. Ao término dessas licenças, já inscrita em doutorado, na França, pedi afastamento com vencimentos por um ano, o que obtive. Ao término deste, pedi outro afastamento, sem vencimentos, o qual também teria sido aceito, segundo informações vinda de pessoas que cuidavam da minha situação na USP. Fiquei na França entre maio de 1970 e fevereiro de 1975.

No dia 30 de janeiro de 1975 retornamos ao país, ao descer no aeroporto de São Paulo fomos presos. Muitos amigos, colegas e parentes tinham ido ao aeroporto para nos recepcionar e conseguiram assistir a nossa prisão. Foram testemunhas preciosas. A prisão foi realizada pelo delegado da Polícia Civil, o já famoso torturador Sérgio Paranhos Fleury. Um irmão meu tentou interferir e também foi levado para o DOPS. Nos interrogatórios, fui pescando informações aqui e ali, e descobri uma causa meio estapafúrdia de que nos haviam “reconhecido” no aeroporto de Orly, onde

embarcamos. Seríamos tão perigosos assim? Ficamos presos por mais ou menos 20 dias, sem nenhuma acusação e mesmo sem nenhum processo. Oficialmente era como se nada houvesse acontecido. Apenas recordo que deveria ser Carnaval, pois, havia um rádio altíssimo que tocava música de carnaval todo o tempo e era meio ensurdecedor.

Ao sairmos da prisão, já quase março, fomos à USP saber exatamente o que acontecia e o que deveríamos fazer.

Meu retorno à USP em 1975, para o atual Departamento de Ciência Política, após o exílio, foi possível graças ao professor Eurípedes Simões de Paula, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ao secretário Eduardo Ayrosa, ao então diretor do Departamento de Ciências Sociais Aziz Simão, ao professor Ruy Coelho (diretor à época em que saímos) e aos colegas que nos acolheram e aconselharam sobre o que fazer, nos ajudando imensamente na ocasião. Logo nos informaram que estávamos sendo processados por ordem da reitoria por abandono de cargo. Como éramos professores estáveis, a única forma de nos despedir era através de um processo acusatório.

Na reitoria, criavam-se dificuldades para nos aceitar e forçaram o diretor da FFLCH a abrir um processo contra nós por abandono de cargo. O despacho da reitoria não dava nenhuma pista do porque do processo. Continha apenas a incriminação por abandono de cargo. O professor Eurípedes, como diretor da Faculdade, nos convocou para informar que por ordem do reitor era obrigado a nomear uma comissão de sindicância, pois estávamos sendo acusados de abandono de cargo.

A única informação que o professor Eurípedes pode nos dar era de que as ordens vinham diretamente da reitoria e que eram assinadas ora pelo próprio reitor Orlando Marques de Paiva, ora pelo coordenador geral da administração Fausto Haroldo Ribeiro. Assim sendo, ele era obrigado a criar uma comissão de sindicância que deveria ser composta por dois professores e um funcionário e nós deveríamos imediatamente contratar um advogado para nos defender.

A escolha dos membros da comissão de sindicância que deveria ser nomeada pelo diretor era fundamental para nossa reintegração. Ao nomear os professores e o funcionário que deviam compor a comissão para avaliar nossa situação o professor Eurípedes o fez com maestria para que pudéssemos ser julgados com a isenção que necessitávamos. Os professores integrantes da douta comissão foram Pasquale Petrone, professor de geografia da mais alta reputação e Oswaldo Porchat, professor, filósofo internacionalmente conhecido e de um funcionário de carreira. Para nós, a escolha dos dois professores era excelente. Ambos eram reconhecidos por suas ilibadas reputações.

A comissão concluiu oficialmente que não houve abandono de cargo e que nossos trabalhos respectivos se haviam enriquecido consideravelmente por aquela permanência no exterior. Durante todo esse período, trabalhávamos sem salário. Até que nossa “absolvição”, que foi detectada somente porque cessou a perseguição, ocasionou a cobrança, de uma só vez, da contribuição previdenciária de todo o período de ausência. A cobrança da contribuição foi identificada pelos advogados como uma

forma resguardada de cessação do litígio, uma espécie de reconhecimento implícito, mas, apesar disso, desse período efetivamente pago só foi incorporado ao tempo de serviço para a aposentadoria a parte relativa ao meu afastamento com vencimentos.

O processo foi longo, durou mais de um ano para termos um parecer inteiramente favorável e para começarmos a receber. Esse período de reinserção gerou uma profusão de documentos, tais como relatórios, notícias de jornal, pareceres jurídicos, alguns deles incorporados aos respectivos prontuários funcionais, outros omitidos por mãos desconhecidas e que foram reconstituídos, alguns penosamente, para se juntar aos prontuários. Ao todo, eram papéis díspares, muitos com assinaturas irreconhecíveis. Uma característica daquela época de totalitarismo anônimo e covarde, oculto por uma camada de aparências 'naturais'. Tudo isso teve de ser pacientemente reordenado pelos advogados e, quando usados, tais documentos jamais foram contestados por nenhuma instância administrativa ou legal vigente.

A conselho dos colegas e do diretor do Departamento começamos a dar aulas já no início de março de 1975. Mas, logo fomos informados de outro grande problema que teríamos que enfrentar. Desta vez de ordem acadêmica. Durante minha ausência, mudaram as regras da pós-graduação da USP. Embora eu tivesse realizado boa parte da minha pesquisa na França e me apresentasse de volta para apenas, acreditava eu, redigir o texto final da tese, fui obrigada a me enquadrar nas novas regras, o que incluía tornar-me aluna de novo, colega de meus ex-alunos, para fazer exame de suficiência de língua estrangeira e outros cursos tornados obsoletos. Fui obrigada a me matricular em um curso de educação moral e cívica, denominado problemas brasileiros e fazer provas em todos eles. Tudo aquilo que eu tinha feito foi invalidado. Refiz tudo, para ser enfim enquadrada nos termos do novo doutorado, o que me deixou bem desanimada.

Em setembro de 1975, já trabalhando normalmente, embora ainda sem receber, fomos novamente presos, sendo levados desta vez para a Oban, uma associação de militares e policiais, mantida por financiamento privado oculto, cujos membros eram desviados de suas rotinas e funções normais, muitas vezes sem conhecimento formal dos superiores e sem responsáveis aparentes. Essa prisão, por apenas um dia, das 8:00h às 18:00h, foi uma sessão compacta de tortura pesada e interrogatório incessante, com pausa de 20 minutos para o lanche dos torturadores. Saímos dali sem conseguir raciocinar, andando como autômatos. Soubemos depois que nessa época prendiam pessoas ligadas à universidade e à cultura. Ouvimos dizer que era a operação "Jacarta" (nome da cidade onde haviam matado um milhão de opositores ao regime ditatorial indonésio). Meu marido contou que na máquina de tortura com eletricidade que usaram contra ele, montada numa caixa de madeira, estava decalcado toscamente a lápis "amaciador do partidão". Dias depois prenderam Vladimir Herzog e o mataram. No dia seguinte demos aula na USP como se nada tivesse acontecido. Tive o cuidado de ao chegar a faculdade procurar todos os professores que eles haviam citado e informar o que havia sido perguntado e dito sobre eles. Não escondíamos o fato dos colegas e dos alunos mesmo porque havia saído nos jornais. A notícia havia sido publicada graças à interferência de um advogado, contratado por amigos nossos, com medo que sumissem conosco. Essa prisão nos amedrontou bastante pelo

caráter aparentemente aleatório, embora bastante focado nas nossas atividades na USP. A prisão parecia feita completamente sem motivos, pois nunca pertencemos a nenhum partido ou grupo político. Além disso, nunca fizemos acusações, apenas nos apertaram à cata de informação. Era óbvio que os interrogadores sabiam minuciosamente a minha situação na USP, quando perguntavam sobre colegas próximos, como Maria do Carmo Campello de Souza, anteriormente presa por um ano, Eduardo Kugelmas, ainda exilado, Francisco Weffort que agora coordenava a desfalcada área de Ciência Política.

Recomeçamos as aulas, os trabalhos da Faculdade, agora bem mais desanimados.

Em janeiro de 1976, quase um ano depois de haver chegado e assumido meu posto de docente, mas ainda com o processo por abandono de cargo correndo e sem receber, fui atropelada na rua e ferida gravemente. Permaneci imobilizada no hospital por dois meses, durante os quais a pressão contra mim aumentou. Aconselhada pelo nosso advogado e pelos colegas, pedi um afastamento por doença, como um teste para se aferir a reinserção, ou não, ao meu posto, como funcionária pública. Efetivamente, o pedido foi encaminhado ao serviço médico do Estado, sendo enviado um médico ao hospital, o qual me examinou e deu parecer positivo ao afastamento.

Nesse ano, creio que por volta de abril de 1976, passei a receber meu salário, inclusive o referente a parte do ano anterior, quando havia trabalhado de graça. Na época, ouvíamos falar de uma comissão invisível que julgava os casos de pessoal a contratar. Comprovou-se que realmente existia. Algum tempo depois de regularizada minha situação, a área de Política tentou contratar a Maria Herminia Tavares de Almeida e a tal comissão não deixou.

Para mim ficou claro que a ditadura controlava a USP através de alguns elementos infiltrados na burocracia da reitoria, pelos quais passava toda a papelada administrativa. Com um carimbo e muitas vezes rabiscos anônimos contratava-se gente, despedia-se, perseguia-se, tudo se apoiando na segura contenção de informações, na certeza do terror dos funcionários chamados a acatar ordens não escritas e a colaborar em silêncio com esses misteriosos estranhos que jamais mostraram o rosto. Por uma rede de agentes obscuros, o medo foi a grande arma empregada para calar as pessoas e obriga-las a se curvar à exceção e ao arbítrio.

Para melhor apreciar esse período seria necessário ir mais longe e mostrar que as ações empreendidas desde nossa chegada ao aeroporto, com duas prisões sucessivas, tortura física e mental, ameaças telefônicas, espionagem constante de nossas ações, infiltração de agentes entre os alunos, destinavam-se a impedir a nossa reincorporação. E tudo isso por suposições, delações sigilosas, e mais ações pertinentes a um estado tenebroso de exceção, totalitário, travestido de aberto e democrático. Porém tivemos a sorte de pertencer a uma instituição que, pelo menos naquele momento estava em boas mãos e possuía muitos professores dignos e competentes.